

DE CAMPONESA A BÓIA-FRIA :
TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO FEMININO

Número 12

IBGE - DE BIBLIOTECAS
Fevereiro de 1989

IBGE
N.º de reg. nº 1
Data: 10/02/89

IBGE
CLASS. DE BIBLIOTECAS
N.º de reg. nº 1
Data: 10/02/89

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE

Charles Curt Mueller

DIRETOR GERAL

David Wu Tai

DIRETOR DE PESQUISAS

Lenildo Fernandes Silva

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EMPREGO E RENDIMENTO

Nelson de Castro Senra

CHEFE DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

Paulo Cesar de Souza Quintsler

CHEFE DA DIVISÃO DE PESQUISAS

Marileni Silva Mansoldo

GE 87927

IBGE
N.º de reg. <u>exc. 1</u>
Data: <u>10-05-89</u>

IBGE - REDE DE BIBLIOTECAS
Diretoria de Pesquisas

381 - 055. d: 63 (81)
G-963 d
DOC/SET

IBGE - CDDI/DEDOC
REDE DE BIBLIOTECAS
N.º de Reg. : <u>881</u>
Data: <u>30.6.97</u>

DE CAMPONESA A BÓIA-FRIA :
TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO FEMININO

Autores

Luiz Sérgio P. Guimarães (*)

Sebastiana Rodrigues de Brito (*)

(*) Técnicos do DEREN

As ilustrações do texto foram realizadas pelo DEGEO-DGC

TEXTOS PARA DISCUSSÃO já publicados :

- PESQUISAS CONTÍNUAS DA INDÚSTRIA, vol. I, n. 1, jan. 1988
- PESQUISAS AGROPECUÁRIAS CONTÍNUAS : METODOLOGIA, vol. I, n. 2, 1988
- UMA FILOSOFIA DE TRABALHO : AS EXPERIÊNCIAS COM O SNIPC E COM O SINAPI, vol. I, n. 3, mar. 1988
- O SIGILO DAS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS : IDÉIAS PARA REFLEXÃO, vol. I, n. 4, abr. 1988
- PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE E DO NÚMERO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS : 1985-2020, vol. I, n. 5, mai. 1988
- CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES E PRODUTOS, MATÉRIAS-PRIMAS E SERVIÇOS INDUSTRIAIS : INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL E DE TRANSFORMAÇÃO, vol. I, n. 6, ago. 1988
- A MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL NOS ANOS 80, vol. I, n. 7, set. 1988
- ENSAIO SOBRE O PRODUTO REAL DA AGROPECUÁRIA, vol. I, n. 9, set. 1988
- PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS PESQUISAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E DEMOGRÁFICAS, vol. I, Número Especial, out. 1988
- NOVO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS, ANO BASE 1980 - RESULTADOS PROVISÓRIOS, vol. I, n. 10, dez. 1988
- PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE CAMPO, n. 11, jan. 1989

Para informações e consulta dirigir-se à :

BIBLIOTECA DA DPE

Rua Visconde de Niterói, 1.246 Bolco B, sala 506, Mangueira

Telefone : (021) 284 33 22 ramal : 303

INTRODUÇÃO

A crescente presença do capital no campo brasileiro tem provocado modificações de grande importância, relacionadas às formas de organização das atividades produtivas e à estrutura fundiária indo, conseqüentemente, rebater sobre as próprias modalidades de utilização da força de trabalho, criando aquelas que são mais oportunas ao processo geral de acumulação, e/ou eliminando outras. A análise de alguns dados concernentes a transformações operadas no setor agropecuário dos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, na década de 70, vem mostrar que as condições de ingresso do contingente feminino no processo de produção agrícola foram, de certo modo, afetadas por aquelas transformações.

De maneira sucinta pôde se observar, em primeiro lugar, que as modificações operadas naquele conjunto de Unidades da Federação concretizaram-se uma expressiva incorporação de elementos modernos às práticas agrícolas, especialmente aquelas vinculadas a cultivos destinados à comercialização; em segundo, que tal processo foi, também, acompanhado pelo aumento das áreas produtivas assim como de relativa expansão da área dos estabelecimentos, denotando, portanto, que a modernização deu-se de forma paralela ao crescimento horizontal de espaços agrícolas.

Observou-se, no entanto, que o processo de modernização, quando se considera sua concretização nos espaços objeto de análise, não vem ocorrendo, de maneira uniforme, não se dando, também, necessariamente, nas mesmas áreas que se distinguem pela mais expressiva incorporação de novas terras à agricultura. Os indicadores de modernização considerados - relativos à mecanização e aos usos de insumos - segundo distribuição nas microrregiões homogêneas, põem em evidência discrepâncias que persistem na área, relevando a importância da intensificação das atividades produtivas em

espaços específicos. Constata-se, assim, que a frequência na adoção de máquinas - no caso, tratores - caminhando de forma simultânea à dos montantes de despesas efetuadas com adubos corretivos, tem sua maior importância em grande parte das microrregiões homogêneas dos estados de São Paulo e Paraná, sul, triângulo e o oeste de Minas Gerais, parte da Bahia - especialmente no leste e centro - e, por último, na faixa leste de Pernambuco.

No que concerne à incorporação de novas terras à agricultura, a observação dos dados sobre a variação da área total dos estabelecimentos no período 1970-80 põe em evidência o importante fenômeno de expansão da fronteira agrícola, dadas as disponibilidades de terras, especialmente em sub-espaços dos estados do Paraná, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Assistiu-se, concomitantemente, à evolução desse quadro, a uma elevação do grau de concentração da propriedade da terra na área, com a multiplicação dos grandes estabelecimentos e o declínio de pequenas e médias unidades de produção. A ocorrência do fenômeno deu-se nos cinco estados concernidos neste estudo, e a nível das microrregiões homogêneas, embora tenham sido constatados padrões altos de concentração fundiária, independentemente das formas de crescimento nelas ocorrido, verificou-se que foram sobretudo entre aquelas definidas pela incorporação de novos espaços e pelas formas combinadas de expansão da agricultura as que se encontram entre as de mais elevado nível de concentração da terra.

Em linhas gerais, fica, então, evidente que o processo de crescimento da agricultura nesse conjunto de estados tem sua viabilidade em estreita correlação com a proliferação de estabelecimentos grandes, e a consequente perda de importância relativa das médias e pequenas unidades de produção. Não é apenas a disponibilidade de terras devolutas ou dos incentivos derivados de políticas oficiais que têm facilitado a aceleração desse pro

cesso através da ocupação da fronteira agrícola mas, também, outros elementos que vêm compondo o quadro geral da agricultura brasileira moderna como, por exemplo, o privilegiamento das atividades monocultoras com fins comerciais, cuja eficácia de seu desempenho econômico encontra-se na estreita dependência da disponibilidade de grandes extensões de terras. Se, historicamente, a estrutura fundiária do país funda-se na concentração da propriedade da terra, na última década assiste-se a uma aceleração do ritmo de expansão dos grandes estabelecimentos, que dominam a maior parte das áreas disponíveis. Essa evolução da estrutura fundiária tem, necessariamente, como contrapartida, entre outros, efeitos excludentes em termos de possibilidades de acesso à terra por parte da classe trabalhadora do campo.

A partir destas observações verifica-se ser oportuna a realização de estudos que dêem conta da "nova" realidade do trabalhador do campo, especialmente de determinados segmentos da força de trabalho mais intensamente atingidos pelas transformações operadas no setor agropecuário. Neste trabalho objetivou-se levantar um conjunto de questões relativas ao trabalho feminino naqueles estados da federação, escolhidos como objeto de análise pelo fato de se constituírem, em 1980, como os de mais expressiva concentração de trabalhadores volantes - ou bóias-frias. Ou seja, as modificações na organização da produção interferindo nas relações de trabalho até então vigentes, vieram aumentar o nível de proletarização na área.

Para a concretização do estudo foram utilizadas informações do Censo Agropecuário de 1970 e 1980, referentes à estrutura fundiária e à composição do total do pessoal ocupado, por sexo. Enquanto esses dados serviram para a apreensão de alguns aspectos da situação da mulher enquanto componente do pessoal ocupado na condição camponesa, os do Censo Demográfico de 1980 permitiram verificar a situação da mulher como mão-de-obra bóia-fria. Assim, consi

derou-se não apenas o contingente total de trabalhadores volantes e da mulher, em particular, segundo as atividades produtivas principais dos estabelecimentos onde trabalham como, também, os níveis de rendimentos auferidos.

1. ESTRUTURA FUNDIÁRIA E TRABALHO FEMININO

Vários estudos sociológicos têm mostrado que, no setor primário, a maior parte do contingente feminino se integra como mão-de-obra nos pequenos estabelecimentos, onde a família constitui a unidade fundamental de produção. Explica, geralmente, este fenômeno o fato de ainda persistir, nas sociedades modernas, uma divisão sexual do trabalho rígida e arcaica, que determina à mulher as atividades domésticas, tornando-se mais fácil o aproveitamento do trabalho feminino nos estabelecimentos de pequena área, onde é possível conciliar tarefas do lar com as não domésticas. Tendo em vista as transformações ocorridas na agricultura brasileira, na década de 70, que acentuaram a tendência à proletarianização da mão-de-obra rural, procurar-se-á verificar, neste estudo, se ainda é específico à mulher o trabalho familiar em áreas onde era expressivo o contingente de trabalhadores volante. Para tanto, tomando-se como referência os estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná que, de acordo com o Censo Demográfico de 1980, se destacaram como os detentores dos maiores contingentes de bóias-frias, analisaram-se dados do Censo Agropecuário relativos às diferentes categorias de pessoal ocupado e aos vários extratos da estrutura fundiária.

Assim, a primeira observação a ser feita refere-se ao caráter das alterações verificadas na malha fundiária dos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná que, como no restante do país, está em estreita correlação com o nível de maturação que o capital agrário atingiu nestes espaços. A análise dos

dados referentes à variação em área e número dos estabelecimentos revelou que houve, nesta Região, no último decênio, uma forte tendência à concentração fundiária, como consequência da redução do número das diferentes unidades produtivas e da expansão da área das mesmas. Nestes termos, nesta região, o tamanho médio dos estabelecimentos passou de 44, 23 ha, em 1970, para 69,56 ha em 1980 tendo, no mesmo período, o número deles reduzido em 22,13% e a sua área média aumentado em 112, 47%.

A nível de Estado, constatou-se que esse processo de concentração fundiária não se deu de maneira uniforme. Enquanto na Bahia e em Minas Gerais, que detêm expressivas áreas de expansão de fronteiras agrícolas, a concentração fundiária ocorreu devido a um aumento mais significativo em área do que em número dos estabelecimentos, no Paraná, registrou-se, ao lado da expansão em área, uma efetiva redução do número das unidades de produção. Já em Pernambuco, embora tenha-se, também, verificado uma expansão da área total dos estabelecimentos, a redução em número destes foi tão pouco significativa - 0,35% -, que pode ser considerada como de tendência à estabilidade. Quanto a São Paulo, ao lado de uma variação negativa em número constatou-se, também, uma queda da área total das unidades produtivas (-1,25). No entanto, houve igualmente neste Estado uma concentração fundiária, dado que a redução da área total foi bem menos significativa que a verificada para o número de estabelecimentos, tendo inclusive aumentado o seu tamanho médio, que passou de 62,48 ha, em 1970, para 73,84 ha, em 1980.

Quando se observam estes mesmos dados de acordo com os diferentes extratos de área, verifica-se que há variações ainda mais abrangentes entre os diversos Estados. Considerando-se Minas Gerais e Bahia, onde a expansão da malha fundiária foi bastante expressiva na década de 70, constata-se que foram os estabelecimentos de 100 ha e mais aqueles que registraram os aumentos mais significativos. Dessas unidades produtivas, as de 10.000 ha e mais foram

as que, tanto em número como em área, apresentaram as maiores variações (+90%), sendo que, na Bahia, este índice, em número, foi de 209,09%. Já nos estabelecimentos com menos de 10 ha, as variações ficaram em torno de 10% em Minas Gerais, e entre 15% e 20%, na Bahia. Registre-se, ainda, que, tanto neste último Estado como em Minas Gerais, os estabelecimentos de 10 ha a menos de 100 ha e de menos de 10 ha, apresentaram, respectivamente, uma redução de seu tamanho médio.

A tendência à redução das pequenas unidades e ao aumento das grandes foi, igualmente, verificada em São Paulo e no Paraná. Nestes Estados, onde houve uma efetiva retração do número e da área dos estabelecimentos inferiores a 100 ha, aqueles que possuíam menos de 10 ha, apresentaram as maiores variações negativas, superiores a 25%. Em relação aos estabelecimentos médios, grandes e muitos grandes, as variações verificadas nessas Unidades da Federação em análise, apresentaram tendências diversas. No Paraná, houve um forte aumento em número e área de todos os estabelecimentos de 100 ha e mais tendo, inclusive, a categoria de 10.000 ha e mais acusado uma variação superior a 100% em número. Já em São Paulo, enquanto as unidades de produção de 100 ha a menos de 10.000 ha variaram entre 3% e 7%, os estabelecimentos de 10.000 ha e mais apresentaram crescimento negativo. No entanto, embora esta última categoria de estabelecimentos tenha tido sua área reduzida em 20,72%, em termos absolutos, representava, em 1980, um total de 616.393 ha, ocupados por 41 unidades de produção, significando, em média, 15.033,95 ha por estabelecimento.

O Estado de Pernambuco foi o que apresentou as menores variações relativas no decorrer da década de 70. Entre as diversas categorias de estabelecimentos, as de 10 ha a menos de 100 ha e os de 100 ha a menos de 1.000 ha, embora tivessem aumentado tanto em número como em área, acusaram uma redução de seu número (-4,01%). As menores unidades de produção tinham, em média, apenas 2,71 ha,

em 1970, e 2,86 ha, em 1980. Já o tamanho médio dos estabelecimentos de 10.000 ha e mais, cuja redução se deu tanto em número como em área, passou, nesta década, de 18.080,25 ha para 23.365,50 ha.

A partir destas modificações na estrutura fundiária dos Estados surgem elementos fundamentais para a clarificação de problemas interligados à abordagem central em questão, - o trabalho da mulher - uma vez que as transformações ali operada, atuam como condição objetiva de alterações, tanto quantitativas como qualitativas, no conjunto da mão-de-obra utilizada nas atividades rurais. A capitalização do campo, resultando em movimentos contraditórios de expansão ou retratação das oportunidades de emprego para a população vinculada ao processo de produção agropecuária, faz com que o conjunto das relações de trabalho passe por redefinições e por transformações. Dentro deste contexto, os dados censitários sobre a variação do pessoal ocupado no setor agropecuário, segundo a posição na ocupação, para os Estados objeto de análise revelam, de maneira clara, mudanças não apenas quantitativas no contingente de mão-de-obra mas, também, nas próprias relações que se estabelecem no processo de produção.

Observa-se, em primeiro lugar, que em relação à capacidade de absorção da força de trabalho ocorrem, na década 1970-80, fenômenos opostos nos diferentes espaços considerados. Enquanto as áreas atingidas mais intensamente pelo processo de modernização acusaram, na sua grande maioria, retração do número de pessoas ocupadas, ou crescimento pouco expressivo de emprego, aquelas que se destacaram pela expansão de novos espaços às unidades produtivas absorveram, quase sempre, os maiores contingentes da força de trabalho.

Neste sentido, São Paulo e Paraná foram aqueles Estados que apresentaram variação negativa no total de pessoal ocupado, ficando os maiores incrementos imputados, por sua vez, à Bahia e

Minas Gerais, cujos espaços de fronteira agrícola inseridos na área dos estabelecimentos distinguiram-se como os mais expressivos, seguidos pelo estado de Pernambuco que acusou um acréscimo de 8,0% daquele contingente (tabela nº 1).

Constata-se, em segundo lugar, que ao lado das alterações numéricas ocorridas no total de mão-de-obra empregada, registraram-se, também, mudanças na composição das categorias de pessoal ocupado nas atividades agropecuárias em todas as unidades da federação concernidas. Assim, ficou constatado que somente as formas de trabalho baseadas no assalariamento acusaram acréscimos do contingente nelas envolvido nos cinco estados que compõem a área de estudo, enquanto as demais categorias de trabalhadores passaram por modificações distintas, dependendo do nível de desenvolvimento atingido pelo setor de produção agropecuária naqueles espaços mas que, em termos globais, sofreram reduções expressivas no período. Assim, para as categorias membros não remunerados da família a variação relativa entre 1970 a 1980, na área, foi de -3,5%, a dos parceiros de -20,0%, e a de outra condição de -55,5%. Contrariando a tendência declinante das relações sociais de produção não assalariadas, cresceu, de modo expressivo, na área como um todo, aquelas baseadas na venda da força de trabalho, conforme revelam os dados seguintes: o contingente de empregados permanentes aumentou cerca de 69,0% e o de temporários, 58,7%.

A leitura da tabela número 2 aponta algumas distinções de comportamento daquelas categorias de mão-de-obra, segundo os Estados componentes da área. Assim, enquanto o contingente de responsáveis e membros não remunerados da família foi reduzido, significativamente, no Paraná, São Paulo e, em menor escala, Pernambuco, verifica-se fenômeno inverso na Bahia e em Minas Gerais. Quer dizer, em termos absolutos o Paraná perdeu um total de 327.054 trabalhadores inseridos nesta categoria, São Paulo 210.842, o que significa uma variação relativa de -19,2% e -24,1%, respectivamente. Ao con

trário, para o estado da Bahia o contingente foi acrescido de 260.987 indivíduos, equivalentes a 14,6% daquela fração de mão-de-obra e, para Minas Gerais, o aumento foi de apenas 76.798 trabalhadores, correspondendo, em números relativos a 6,0%. Em relação às demais categorias de trabalhadores não assalariados constata-se sua diminuição generalizada, embora mais expressiva a redução dos parceiros em Minas Gerais e em São Paulo, constituindo exceção, no caso, o estado do Paraná, cujo contingente cresceu na década num total de 25.486 trabalhadores, variação relativa equivalente a 103,5%. Quanto à mão-de-obra assalariada, houve um aumento generalizado, na área, tanto de empregados permanentes como temporários, cujos totais ultrapassaram meio milhão de pessoas em cada uma das categorias. Os estados que mais se destacaram nesse caso foram os da Bahia e Minas Gerais, onde a variação relativa chegou a atingir, respectivamente, 137,2% e 89,0% para o contingente de empregados permanentes e 98,9% e 46,9% para os temporários.

Este movimento de expansão do emprego assalariado e de arrefecimento relativo do trabalho não assalariado reflete o forte processo de modificação das relações sociais de produção na agricultura, como resultado da própria dinâmica de intensificação das atividades rurais que tomou curso no país, sobretudo nos últimos anos. Verifica-se, assim, que a capitalização do campo vem definindo o mercado de trabalho na área no sentido de uma tendência à consolidação do trabalho assalariado, de criação, portanto, de um importante segmento de proletários rurais.

TABELA Nº 1

VARIAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGROPECUÁRIO,
SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1970 - 80

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL		VARIAÇÃO	
	1970	1980	ABSOLUTA	RELATIVA
Paraná	1.981.471	1.807.826	- 173.645	- 8,76
São Paulo	1.420.040	1.376.463	- 43.577	- 3,07
Minas Gerais	1.979.847	2.284.550	304.703	15,39
Bahia	2.125.809	2.662.835	537.026	25,26
Pernambuco	1.128.244	1.218.871	90.627	8,03
Total	8.635.411	9.350.545	715.134	8,28

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário, 1970 e 1980.

TABELA Nº 2

VARIAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, SEGUNDO
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, 1970-1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA					
	Responsáveis e mem- bros não remunera- dos da família		Empregados assala- riados permanen- tes		Empregados assala- riados tempora- rios	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Pernambuco	- 30.874	- 3,34	85.894	105,79	38.110	33,06
Bahia	260.987	14,60	127.432	137,29	180.511	98,95
Minas Gerais	76.798	6,08	169.870	89,08	136.856	46,99
São Paulo	-210.842	-24,14	97.795	33,92	96.300	52,92
Paraná	-327.054	-19,28	61.112	46,27	71.357	59,90
Total	-230.985	- 3,53	542.103	69,05	523.174	58,78

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA			
	PARCEIROS		OUTRA CONDIÇÃO	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Pernambuco	- 176	- 6,49	- 2.327	- 52,77
Bahia	- 7.856	- 40,65	-24.088	- 55,13
Minas Gerais	-58.664	- 29,10	-20.157	- 60,39
São Paulo	-21.629	- 32,81	- 5.201	- 49,08
Paraná	25.486	103,57	- 4.546	- 48,46
Total	-62.839	- 20,00	-56.319	- 55,51

Fonte: IBGE, Censo Agropecuario, 1970 e 1980

TABELA Nº 3

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO DO SEXO MASCULINO E FEMININO NO TOTAL
DE PESSOAL OCUPADO DE ALGUNS ESTADOS EM 1970 E 1980

ESTADOS	PESSOAL OCUPADO					
	NÚMERO TOTAL DE PESSOAL OCUPADO		% DO NÚMERO DE HOMENS OCUPADOS		% DO NÚMERO DE MULHERES OCUPADAS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
PERNAMBUCO	1 128 244	1 218 871	65,11	65,98	34,89	34,02
BAHIA	2 125 809	2 662 835	60,14	62,63	39,86	37,37
MINAS GERAIS	1 979 847	2 284 550	74,37	73,89	25,63	26,11
SÃO PAULO	1 420 040	1 376 463	76,81	78,34	23,19	21,66
PARANÁ	1 981 471	1 807 826	67,16	68,11	32,84	31,89

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970 E 1980 - IBGE
1fb.

TABELA Nº 4

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO DO SEXO MASCULINO E DO SEXO FEMININO NO TOTAL DE PESSOAL OCUPADO,
NOS ESTABELECIMENTOS DE ATÉ MENOS DE 10 HA, EM ALGUNS ESTADOS, NOS ANOS DE 1970 E 1980

ESTADOS	PESSOAL OCUPADO					
	ABSOLUTO		PERCENTUAL		% MULHER	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
PERNAMBUCO	718 205	676 003	63,66	55,46	25,50	22,24
BAHIA	959 786	1 095 358	45,15	41,14	19,96	14,04
MINAS GERAIS	365 009	425 021	18,44	18,60	5,80	6,29
SÃO PAULO	376 097	279 842	26,48	20,33	8,02	5,13
PARANÁ	829 396	617 197	41,86	34,14	14,64	12,57

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970 E 1980 - IBGE

1fb.

TABELA Nº 5

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO DO SEXO MASCULINO E DO SEXO FEMININO NO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO, NOS ESTABELECIMENTOS DE 10 HA A MENOS DE 100 HA, EM ALGUNS ESTADOS NOS ANOS DE 1970 E 1980.

ESTADOS	PESSOAL OCUPADO					
	NÚMERO TOTAL DE PESSOAL OCUPADO		% DO NÚMERO DE HOMENS OCUPADOS		% DO NÚMERO DE MULHERES OCUPADAS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
PERNAMBUCO	255 099	306 249	22,61	25,13	7,49	8,14
BAHIA	892 423	1 124 200	41,98	42,22	16,25	11,69
MINAS GERAIS	1 009 657	1 070 081	51,00	46,84	13,89	10,14
SÃO PAULO	638 267	602 406	44,95	43,76	10,96	8,25
PARANÁ	980 153	937 472	49,47	51,86	16,42	16,52
TOTAL						

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970 E 1980 - IBGE

ifb.

TABELA Nº 6

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO DO SEXO MASCULINO E DO SEXO FEMININO NO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO,
NOS ESTABELECIMENTOS DE 100 HA A MENOS DE 1 000 HA, EM ALGUNS ESTADOS, NOS ANOS DE 1970 E 1980.

ESTADOS	PESSOAL OCUPADO					
	NÚMERO TOTAL DE PESSOAL OCUPADO		% DO NÚMERO DE HOMENS OCUPADOS		% DO NÚMERO DE MULHERES OCUPADAS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
PERNAMBUCO	130 424	194 627	11,56	15,97	1,67	2,98
BAHIA	246 844	381 797	11,61	14,34	3,41	2,99
MINAS GERAIS	532 767	639 145	26,91	27,98	5,42	5,55
SÃO PAULO	309 960	377 555	21,83	27,43	3,38	3,97
PARANÁ	137 760	204 267	6,95	11,30	1,52	2,34
TOTAL						

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970 E 1980 - IBGE

1fb.

TABELA Nº 7

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO MASCULINO E DO SEXO FEMININO NO TOTAL DE PESSOAL OCUPADO,
NOS ESTABELECIMENTOS DE 1 000 HA A MENOS DE 10 000 HA, EM ALGUNS ESTADOS, NOS ANOS DE 1970 E 1980

ESTADOS	PESSOAL OCUPADO					
	NÚMERO TOTAL DE PESSOAL OCUPADO		% DO NÚMERO DE HOMENS OCUPADOS		% DO NÚMERO DE MULHERES OCUPADAS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
PERNAMBUCO	24 232	41 168	2,15	3,38	0,22	0,64
BAHIA	25 961	55 608	1,22	2,09	0,23	0,35
MINAS GERAIS	66 032	110 707	3,34	4,85	0,49	0,92
SÃO PAULO	89 460	108 113	6,30	7,85	0,83	1,41
PARANÁ	30 798	41 272	1,55	2,28	0,25	0,42
TOTAL	9					

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970 E 1980 - IBGE

ifb.

TABELA Nº 8

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO DO SEXO MASCULINO E DO SEXO FEMININO NO TOTAL DE PESSOAL OCUPADO, NOS ESTABELECIMENTOS DE 10 000 HA E MAIS, EM ALGUNS ESTADOS, NOS ANOS DE 1970 E 1980.

ESTADOS	PESSOAL OCUPADO					
	NÚMERO TOTAL DE PESSOAL OCUPADO		% DO NÚMERO DE HOMENS OCUPADOS		% DO NÚMERO DE MULHERES OCUPADAS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
PERNAMBUCO	207	34	0,02	0,00	0,00	0,00
BAHIA	781	5 573	0,04	0,21	0,01	0,04
MINAS GERAIS	4 097	30 011	0,21	1,31	0,02	0,32
SÃO PAULO	6 163	8 270	0,43	0,60	0,02	0,12
PARANÁ	3 299	7 120	0,17	0,39	0,02	0,05
TOTAL						

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970 E 1980 - IBGE

1fb.

Todas essas transformações verificadas no setor agropecuário dessa região que ocasionaram uma redefinição das relações de trabalho presentes na agricultura, refletiram-se de modo específico sobre a questão do trabalho da mulher. Em uma primeira observação, tal afirmação se consubstancia quando se verifica que, na região em análise, a participação da mulher no conjunto do pessoal ocupado, que foi sempre inferior a 40% do total, só aumentou em Minas Gerais, que tinha 25,63%, em 1970, e 26,11%, em 1980 de sua mão-de-obra rural composta de mulheres. Nos demais Estados, inclusive na Bahia e em Pernambuco onde houve um aumento do total de pessoal ocupado, o trabalho feminino tendeu à redução no decorrer da década.

Tal situação, em grande medida, se relaciona como processo de concentração fundiária verificado nessa área, visto que, no setor primário, a maior parte do contingente feminino se integra como mão-de-obra nos pequenos estabelecimentos, onde a família predomina como unidade de produção. Assim, Pernambuco e Paraná concentram a quase totalidade de sua mão-de-obra feminina nos pequenos estabelecimentos. No primeiro destes Estados onde, no decorrer da década, o trabalho da mulher representava pouco mais de 34% do total do pessoal ocupado nos anos de 1970 e 1980, 32,90% e 30,38%, respectivamente, da força de trabalho feminina concentravam-se nas unidades produtivas de até menos de 100 ha. Embora de maneira não tão intensa, nos demais estados a maioria da mão-de-obra da mulher também se encontrava alocada nesta classe de estabelecimentos, sendo São Paulo aquele que apresentava uma menor concentração. (tabelas nºs 3 a 8)

A maior frequência do trabalho da mulher nas pequenas unidades produtivas se deve, em parte, à permanência de uma divisão sexual do trabalho que determinava exclusivamente à mulher as atividades domésticas. Assim, torna-se mais fácil o aproveitamento do trabalho feminino nos estabelecimentos de pequena área, onde é possível conciliar as tarefas do lar com as não domésticas. No entanto, a persistência dessa divisão sexual arcaica não é o único fator explicativo da concentração da mão-de-obra feminina nos pequenos estabelecimentos.. Há um fator econômico de suma importância, pois a maioria dessas pequenas unidades de produção não se beneficiou do processo de modernização ocorrido no setor agropecuário, na década de 70. Com isso, a maioria dos proprietários desses estabelecimentos se vê obrigada a fazer uso de métodos tradicionais o que, dada a baixa produtividade da terra, torna indispensável o trabalho da mulher. Tanto que, considerando-se a mão-de-obra feminina segundo as diferentes categorias de pessoal ocupado, a quase totalidade daquela alocada nos estabelecimentos menores estava submetida a formas

TABELA Nº 9

PARTICIPAÇÃO DAS DIVERAS CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO NO TOTAL
DE PESSOAL OCUPADO POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, EM PESQUENCO, EM 1970 e 1980

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	TOTAL GERAL		CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO							
			TOTAL DE MULHERES				RESPONSÁVEIS E MEMBROS NÃO RENDERADOS DA FAMÍLIA			
			TOTAL		14 ANOS E MAIS		TOTAL		14 ANOS E MAIS	
1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)										
MENOS DE 10	7 182 05	6 760 03	40,70	40,09	33,84	33,61	39,56	38,73	33,36	32,32
10 A MENOS DE 100	2 550 99	3 062 49	33,13	32,41	26,85	26,44	31,13	28,37	24,99	22,64
100 A MENOS DE 1 000	1 304 24	1 946 27	14,46	18,67	12,25	16,63	8,16	5,31	6,44	4,20
1 000 A MENOS DE 10 000	242 32	411 68	10,47	18,83	9,82	18,13	1,28	0,69	1,07	0,58
10 000 E MAIS	2 07	34	14,49	14,71	14,49	14,49	-	-	-	-

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO							
	EMPREGADOS PERMANENTES				EMPREGADOS TEMPORÁRIOS			
	TOTAL		14 E MAIS		TOTAL		14 E MAIS	
1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)								
MENOS DE 10	0,08	0,40	0,07	0,38	0,35	0,88	0,34	0,84
10 A MENOS DE 100	0,43	1,77	0,38	1,63	1,38	2,16	1,30	2,09
100 A MENOS DE 1 000	3,40	9,72	3,14	9,02	2,71	3,53	2,51	3,31
1 000 A MENOS DE 10 000	5,89	14,84	5,67	14,83	3,09	3,20	2,86	3,12
10 000 E MAIS	-	14,49	-	14,49	14,49	-	14,49	-

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO					
	PARCEIROS				OUTRA CONDIÇÃO	
	TOTAL		14 ANOS E MAIS		MULHERES	
1970	1980	1970	1980	1970	1980	
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)						
MENOS DE 10	0,01	0,03	0,01	0,02	0,06	0,07
10 A MENOS DE 100	0,08	0,04	0,08	0,03	0,12	0,07
100 A MENOS DE 1 000	0,02	0,05	0,02	0,04	0,05	0,06
1 000 A MENOS DE 10 000	0,18	0,05	0,18	0,05	0,03	0,05
10 000 E MAIS	-	-	-	-	-	-

FUNTE: CENSO AGRÍCOLA DE 1970 E 1980 - INGE
17b.

TABELA Nº 10

PARTICIPAÇÃO DAS DIVERSAS CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO DO TOTAL
DE PESSOAL OCUPADO POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, HA BAILA, EM 1970 E 1980

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	TOTAL GERAL		CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO							
			TOTAL DE MULHERES				RESPONSÁVEIS E MEMBROS NÃO REMUNERADOS DA FAMÍLIA			
			TOTAL		14 ANOS E MAIS		TOTAL		14 ANOS E MAIS	
			1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)										
MENOS DE 10	959 786	1 095 358	44,22	42,86	35,10	34,12	43,29	41,88	34,24	33,25
10 A MENOS DE 100	892 423	1 124 200	38,70	36,49	29,19	27,68	35,48	31,96	26,45	24,06
100 A MENOS DE 1 000	246 844	381 797	29,36	26,91	21,83	20,88	21,88	14,56	15,88	10,80
1 000 A MENOS DE 10 000 .	25 961	55 608	19,18	20,74	14,79	16,93	7,71	4,31	5,51	2,99
10 000 E MAIS	781	5 573	19,33	19,18	15,75	17,26	7,30	0,93	5,25	0,75

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO							
	EMPREGADOS PERMANENTES				EMPREGADOS TEMPORÁRIOS			
	TOTAL		14 E MAIS		TOTAL		14 E MAIS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)								
MENOS DE 10	0,14	0,24	0,11	0,20	0,44	0,57	0,43	0,53
10 A MENOS DE 100	0,79	1,92	0,58	1,46	1,37	2,09	1,31	1,82
100 A MENOS DE 1 000	3,05	6,69	2,23	5,15	2,66	4,91	2,42	4,40
1 000 A MENOS DE 10 000	6,13	9,15	4,73	7,46	3,65	6,45	3,24	5,94
10 000 E MAIS	5,25	11,14	3,71	9,76	2,30	7,05	2,30	6,69

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO					
	PARCEIROS				OUTRA CONDIÇÃO	
	TOTAL		14 ANOS E MAIS		MULHERES	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)						
MENOS DE 10	0,08	0,04	0,08	0,04	0,26	0,12
10 A MENOS DE 100	0,31	0,15	0,26	0,11	0,75	0,31
100 A MENOS DE 1 000	0,54	0,26	0,43	0,19	1,23	0,90
1 000 A MENOS DE 10 000	0,39	0,11	0,27	0,11	1,31	0,72
10 000 E MAIS	0,64	0,04	0,64	0,04	3,84	2,19

FONTE: CENSO AGRICULTÁRIO DE 1970 E 1980 - IGE
1/b.

TABELA Nº 11

PARTICIPAÇÃO DAS DIVERSAS CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO NO TOTAL DE PESSOAL OCUPADO POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL EM MIAS GERAIS, EM 1970 E 1980.

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	TOTAL GERAL		CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO							
			TOTAL DE MULHERES				PESQUEIJEIRAS E MEMBROS NÃO REMUNERADOS DA FAMÍLIA			
			TOTAL		14 ANOS E MAIS		TOTAL		14 ANOS E MAIS	
			1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)										
MENOS DE 10	365 009	425 021	31,44	33,81	24,08	26,38	30,70	32,37	22,89	25,09
10 A MENOS DE 100	1 009 657	1 070 081	27,24	27,70	21,09	21,64	23,63	23,93	18,13	18,50
100 A MENOS DE 1 000	532 767	639 145	20,14	19,83	15,97	15,74	13,44	10,28	10,51	8,16
1 000 A MENOS DE 10 000 ..	66 032	110 707	14,62	19,05	12,04	15,63	5,54	3,30	4,42	2,53
10 000 E MAIS	4 097	30 011	8,59	24,15	7,88	28,62	1,24	0,40	0,95	0,23

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO							
	EMPREGADOS PERMANENTES				EMPREGADOS TEMPORÁRIOS			
	TOTAL		14 E MAIS		TOTAL		14 E MAIS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)								
MENOS DE 10	0,24	0,35	0,19	0,30	0,52	0,72	0,49	0,68
10 A MENOS DE 100	0,72	1,44	0,55	1,11	0,93	1,10	0,88	1,04
100 A MENOS DE 1 000	2,66	5,36	2,05	3,98	1,28	2,33	1,22	2,19
1 000 A MENOS DE 10 000	4,02	10,05	3,25	8,06	2,14	4,51	1,94	4,18
10 000 E MAIS	2,49	15,82	2,22	15,36	4,34	7,82	4,34	6,93

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO					
	PARCEIROS				OUTRA CONDIÇÃO	
	TOTAL		14 ANOS E MAIS		MULHERES	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)						
MENOS DE 10	0,38	0,25	0,31	0,21	0,23	0,11
10 A MENOS DE 100	1,56	1,04	1,20	0,84	0,41	0,18
100 A MENOS DE 1 000	2,25	1,64	1,78	1,25	0,51	0,22
1 000 A MENOS DE 10 000	1,95	0,93	1,53	0,68	0,98	0,25
10 000 E MAIS	0,37	0,06	0,22	0,06	0,15	0,05

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970 E 1980 - IBGE
1/b.

TABELA Nº 12

PARTICIPAÇÃO DAS DIVERSAS CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO NO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO OCUPADO POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, DO PARANÁ, EM 1970 E 1980

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	TOTAL GERAL		CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO							
			TOTAL DE MULHERES				RESPONSÁVEIS E MEMBROS NÃO REMERECIDOS DA FAMÍLIA			
			TOTAL		14 ANOS E MAIS		TOTAL		14 ANOS E MAIS	
			1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)										
MENOS DE 10	829 396	617 197	34,97	36,81	27,09	29,21	34,62	35,75	26,80	28,31
10 A MENOS DE 100	980 153	937 472	33,19	31,85	25,43	25,25	31,44	27,72	24,02	21,79
100 A MENOS DE 1 000	137 760	204 267	21,91	20,72	16,81	16,58	10,82	7,63	8,45	6,01
1 000 A MENOS DE 10 000 ..	30 798	41 272	15,76	18,22	12,36	14,49	1,72	1,65	1,28	1,27
10 000 E MAIS	3 299	7 120	12,97	12,16	12,76	11,77	0,33	0,03	0,12	0,03

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO							
	EMPREGADOS PERMANENTES				EMPREGADOS TEMPORÁRIOS			
	TOTAL		14 E MAIS		TOTAL		14 E MAIS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)								
MENOS DE 10	0,13	0,37	0,11	0,31	0,13	0,41	0,12	0,37
10 A MENOS DE 100	0,80	1,59	0,64	1,24	0,44	1,45	0,38	1,33
100 A MENOS DE 1 000	7,03	8,18	5,07	6,21	2,79	3,81	2,32	3,49
1 000 A MENOS DE 10 000	10,90	11,45	8,48	8,37	2,73	4,53	2,31	4,30
10 000 E MAIS	8,09	10,15	8,09	10,08	4,55	1,98	-	1,66

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO					
	PARCEIROS				OUTRA CONDIÇÃO	
	TOTAL		14 ANOS E MAIS		MULHERES	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)						
MENOS DE 10	0,04	0,22	0,03	0,18	0,04	0,05
10 A MENOS DE 100	0,41	1,02	0,32	0,83	0,09	0,07
100 A MENOS DE 1 000	1,02	0,95	0,76	0,76	0,25	0,15
1 000 A MENOS DE 10 000	0,34	0,55	0,23	0,53	0,06	0,04
10 000 E MAIS	-	-	-	-	-	-

FORTE: CENSO AGRICULTÁRIO DE 1970 E 1980 - IUCE
1rb.

TABELA Nº 13

DIVERSAS CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO NO TOTAL DE PESSOAL
OCUPADO POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL EM SÃO PAULO, EM 1970 e 1980

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	TOTAL GERAL		CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO							
			TOTAL DE MULHERES				RESPONSÁVEIS E MEMBROS NÃO PENSIONADOS DA FAMÍLIA			
			TOTAL		14 ANOS E MAIS		TOTAL		14 ANOS E MAIS	
			1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)										
MENOS DE 10	3 760 97	2 798 42	30,30	29,53	24,31	25,23	28,65	26,67	22,83	22,61
10 A MENOS DE 100	6 382 67	6 024 06	24,39	21,98	19,65	18,84	20,21	15,04	16,13	12,61
100 A MENOS DE 1 000	3 099 60	3 775 55	15,49	16,43	12,60	14,49	5,02	3,04	3,88	2,49
1 000 A MENOS DE 10 000 ..	894 60	1 081 13	13,16	17,93	11,55	16,19	0,79	0,62	0,59	0,47
10 000 E MAIS	61 63	82 70	4,20	19,71	4,06	16,31	0,08	0,05	0,08	0,05

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO							
	EMPREGADOS PERMANENTES				EMPREGADOS TEMPORÁRIOS			
	TOTAL		14 E MAIS		TOTAL		14 E MAIS	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)								
MENOS DE 10	0,67	1,31	0,59	1,19	0,63	1,22	0,59	1,16
10 A MENOS DE 100	1,62	2,95	1,33	2,54	1,24	2,84	1,15	2,71
100 A MENOS DE 1 000	5,56	8,09	4,46	7,04	2,73	4,16	2,53	4,00
1 000 A MENOS DE 10 000	7,52	12,57	6,36	11,20	3,99	4,60	3,62	4,41
10 000 E MAIS	4,02	14,43	3,88	11,39	-	5,24	-	4,87

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO DO SEXO FEMININO					
	PARCEIROS				OUTRA CONDIÇÃO	
	TOTAL		14 ANOS E MAIS		MULHERES	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)						
MENOS DE 10	0,26	0,27	0,22	0,23	0,08	0,06
10 A MENOS DE 100	1,18	1,07	0,95	0,92	0,14	0,07
100 A MENOS DE 1 000	1,98	1,05	1,56	0,89	0,19	0,08
1 000 A MENOS DE 10 000	0,74	0,07	0,65	0,06	0,13	0,07
10 000 E MAIS	0,08	-	0,08	-	0,02	-

FUNTE: CENSO AGRICULTÁRIO DE 1970 E 1980 - IPEE
10b.

de trabalho tradicionais.

Nestes termos, constata-se que, nos cinco Estados considerados, era na categoria "responsáveis e membros não remunerados da família" onde estava classificada a grande maioria das mulheres engajadas nas atividades produtivas das unidades de produção de até menos de 100 ha. Nesta mesma classe de estabelecimentos todas as demais categorias de pessoal ocupado apresentaram percentuais muito baixos em relação à mulher, não chegando a atingir, em muitos casos, nem 1%. (tabelas nºs 9 a 13) É importante relembrar, também, que houve, no decorrer da década, uma redução do número de mulheres em regime de trabalho familiar. As únicas exceções foram os Estados de Minas Gerais e Paraná que acusaram, na categoria de estabelecimentos de até menos de 10 ha, um aumento do número de mulheres classificadas como "responsáveis e membros não remunerados da família".

A redução dessa última categoria de pessoal ocupado que, em grande medida, se associa ao processo de concentração fundiária ocorrido nas Unidades da Federação em estudo, corresponde um aumento das formas de trabalho assalariado, sobretudo nos estabelecimentos de 100 ha e mais. Assim, no decorrer desta década, o número percentual das mulheres contratadas nas categorias empregados assalariados permanentes e temporários, em muitos casos, chegou a dobrar, ou mesmo triplicar. Em Pernambuco, do total de pessoas ocupadas nos estabelecimentos de 1.000 ha a 10.000 ha, em 1970, apenas 5,8% dos empregados permanentes eram mulheres; em 1980, esse percentual era de 14,43%. Em São Paulo, as mulheres submetidas a esse mesmo regime de trabalho nos estabelecimentos de 10.000 ha e mais passaram de 4,02% do total, em 1970, para 14,43% em 1980.

Os percentuais mais expressivos do emprego permanente da mulher em relação ao temporário, embora carecendo de um estudo empírico mais aprofundado, não revelam qualquer fator específico da problemática da mulher no mercado de trabalho. Estes resultados parecem decorrer antes da própria definição do Censo que não considera como pessoal ocupado as pessoas que se encontram nos estabelecimentos desempenhando tarefas por conta de empreiteiros com os quais tenham sido contratadas para execução de quaisquer serviços. De qualquer forma, mesmo considerando essa questão de critérios adotados pelo Censo Agropecuário, o aumento das formas de trabalho assalariado não compensa a queda verificada na categoria "responsáveis e membros não remunerados da família", onde se engaja a maioria da mão-de-obra feminina.

Assim, a redução do número total das mulheres ocupadas no setor agropecuário, em 1970-80, nesses 5 Estados em análise, associa-se a um processo de modernização e/ou de concentração fundiária que ocasionou um rearranjo das relações de produção existentes, contribuindo para que houvesse uma queda do trabalho familiar. Portanto, a expansão do capital no campo veio provocar mudanças significativas nesse contexto da divisão sexual do trabalho, ou seja, na medida em que a família das classes trabalhadoras perde sua função de unidade produtiva e passa a se constituir em unidade assalariada, a sua reprodução só será assegurada, não raro, quando seus membros conseguem vender sua força de trabalho. Desaparecendo a divisão espontânea do trabalho entre os membros da família — o que se dá desde o momento em que sua subsistência não pode mais ser assegurada com o trabalho na unidade de produção familiar — a venda da força de trabalho torna-se obrigatória e, neste momento, não há mais diferença de sexo e idade a impedir a busca de um emprego como assalariado.

Nesse contexto, o trabalho produtivo da mulher ganha outro sentido, visto que sua incorporação nas atividades remuneradas vai depender das necessidades advindas dos salários insuficientes dos outros membros da família. No entanto, uma vez que, mesmo nas áreas agrícolas modernas, o trabalho feminino continua a ser considerado subsidiário ao do homem, a mulher se vê obrigada a concorrer não só com a crescente mecanização mas, também, com a mão-de-obra masculina. Em decorrência desse fato ela, na maioria das vezes, só consegue emprego na medida em que a oferta de força de trabalho masculina é inferior à demanda exigida para a realização de todas as tarefas que se apresentam em determinadas empresas agrícolas.

2. ATIVIDADES PRINCIPAIS DOS ESTABELECIMENTOS E O TRABALHO DA MULHER BÓIA-FRIA.

Ao conjugar sua capacidade de se modernizar com a de incorporar grandes espaços, antes desocupados, à superfície dos estabelecimentos agrícolas, ao manter, além disso, outras áreas parcialmente alijadas dos avanços tecnológicos, a agricultura dos estados da federação concernidos nesta análise ostenta marcas de um desenvolvimento contraditório, tal como ocorre no país em geral, contemplando conseqüentemente, grandes mudanças no âmbito das relações sociais de produção. Os resultados das transformações ali operadas ao longo da década de 70 mostram, entre outros aspectos, que a evolução da agricultura caminhou no sentido não apenas de manutenção de características de concentração como, também, de acentuação das mesmas, traduzidas de modo especial na questão da propriedade e acesso à terra.

Uma das consequências derivadas deste processo concretiza-se, de maneira inequívoca, na formação de população excedente no campo, acompanhada do incremento do contingente de trabalhadores livres e de modo particular, de assalariados temporários volantes (bóias-frias). Observa-se que esse movimento de proletarização tem conotações importantes em termos das possibilidades de participação da mulher nas atividades produtivas, apontando, inclusive, para mudanças nos critérios implícitos na divisão sexual do trabalho, presentes na organização da produção camponesa. Além disso, nessa condição de participação no processo de trabalho agrícola, os dados sobre os níveis de rendimentos obtidos pelo contingente de volantes vão apontar, ainda, discrepâncias quando comparados os salários de homens e mulheres.

A ênfase que vem sendo dada, no Brasil, a agricultura de exportação ou vinculada à agroindústria, em detrimento de cultivos destinados à cesta básica de alimentos, contribui para o aceleramento, não somente da separação dos trabalhadores diretos de seus vínculos com os meios de produção como, ainda, da proliferação do trabalho sazonal, vindo a acirrar portanto, as condições implícitas do desenvolvimento capitalista da agricultura.

Com o intuito de melhor averiguar esta questão consideram-se, a seguir, algumas informações acerca da composição do produto agrícola na área de estudo e suas implicações quanto à demanda de mão-de-obra temporária, especificamente, do bóia-fria, relevando-se aspectos que dizem respeito à divisão sexual do trabalho.

Numa primeira observação dos dados do Censo Agropecuário de 1980 sobre a distribuição dos principais produtos das lavou^{ras} temporárias e permanentes nas microrregiões segundo as classes de concentração do valor da produção, em âmbito estadual, consta tam-se diferentes níveis de importância entre as áreas consideradas, destacando-se, de forma incontestável, aquelas integrantes dos estados de São Paulo, Paraná e de parte de Minas Gerais (sul e Tri

ângulo Mineiro), como as de maior concentração. Ao contrário, grande parte dos espaços que integram o centro e norte de Minas Gerais, assim como do estado da Bahia e Pernambuco, distingue-se como de pequena importância em termos da diversificação da produção, podendo se observar a permanência, quase generalizada, de áreas onde apenas de um a dois produtos atingem os valores incluídos nas classes de maior concentração.

Quando se passa a observar os componentes da produção nas diferentes microrregiões homogêneas verifica-se, também, que o desempenho do setor agrícola está estreitamente associado aos estímulos provenientes de políticas que privilegiam a expansão de cultura de caráter mercantil, quer destinadas ao mercado interno, mas sobretudo à exportação. O agrupamento dos diversos produtos de cada microrregião que concentram o valor da produção, em âmbito estadual, segundo sua destinação - para o mercado interno ou externo - mostra, de um lado, a presença marcante de culturas com vistas à exportação, representadas pela soja, cana-de-açúcar, café, algodão, laranja e cacau; de outro, aparecem aquelas de alto valor comercial, mas destinadas, de preferência, ao mercado interno, tais como arroz, feijão, mandioca, milho, batata inglesa, trigo e tomate. Em que pese a importância destes cultivos para o mercado interno, não se pode negar que, de fato, a produção para exportação está representada de modo mais expressivo em todos os estados da federação concernidos, integrando, com frequência, a classe mais alta de concentração do valor da produção.

Numa busca de localização das áreas integradas pelas microrregiões homogêneas que se sobressaem pelos mais elevados níveis de valor da produção destinada à exportação ou à indústria e daquelas de agricultura caracterizada pela utilização de tecnologia moderna, verifica-se que, quase sempre, as mesmas se justapõem, o que permite estabelecer uma correlação direta entre modernização e

expansão de cultivos com fins de mercado externo ou para a agroindústria. Nestas condições destacam-se: a quase totalidade das microrregiões paulistas, a grande maioria das situadas no Paraná, sul e triângulo mineiros, as do leste pernambucano e, embora com crescimento de intensidade mais baixa, convém salientar algumas localizadas no centro e sudeste da Bahia e noroeste de Minas Gerais que tiveram, em período mais recente, seus espaços agrícolas ampliados para dar lugar à prática de cultivos de caráter comercial. É importante lembrar que esse processo de modernização tecnológica da agricultura, assentado especialmente no consumo de fertilizantes e defensivos químicos e na utilização de tratores como principais elementos da mecanização, está associado com as políticas de crédito rural subsidiado, assim como à maior disponibilidade de serviços de assistência técnica, que se constituíram em estímulos à expansão das culturas comerciais praticadas, de modo geral, por grandes empresas, atraídas pelas possibilidades de altos lucros.

Uma contrapartida do incremento de práticas agrícolas modernas nesses espaços específicos foi, sem dúvida alguma, o estrangulamento da produção tecnologicamente mais tradicional, em particular de alimentos para consumo interno, efetivada pelos pequenos produtores em regime de exploração familiar. Não é sem razão que se assistiu, conforme análise precedente, simultaneamente à forte concentração fundiária nas áreas de observação, a uma redução do contingente de pessoal ocupado integrado nas unidades de produção familiares, quer na condição de responsáveis e membros não remunerados da família, quer na de parceiros ou de outra condição. Essa retração foi redundante justamente nas áreas de agricultura com níveis altos de modernização e, portanto, centrada em produtos exportáveis ou de matérias primas industriais. As alterações decorrentes deste processo no quadro da composição do emprego rural, e que propiciaram o aumento do trabalho assalariado e a proliferação do emprego sazonal revelam, então, que as relações sociais capitalistas na a-

gricultura aprofundaram-se na última década.

Desta dupla dimensão da evolução das relações de trabalho no setor agrícola, a tendência à ampliação do emprego temporário revelam-se de particular importância na área de observação, e que está associada sobretudo à dinâmica das atividades produtivas com vistas à comercialização. A fim de avaliar esta associação: expansão da sazonalidade do emprego e incremento da agricultura comercial recorre-se, a seguir, a algumas informações acerca de determinadas características do contingente de assalariados volantes, segundo a atividade principal dos estabelecimentos agrícolas (tabelas número 13 a 13d) para, em seguida, situar o trabalho da mulher nesse contexto.

Averigua-se, em primeiro lugar, uma estreita associação entre atividade principal do estabelecimento voltado para o mercado externo e demanda de trabalhadores agrícolas volantes e, além disso, para as unidades produtivas cujos principais produtos são destinados ao consumo interno, mas enquadrados na categoria daqueles de alto valor comercial, há ocorrência semelhante do fenômeno. Em relação à agricultura de exportação, percebe-se a maior incidência deste tipo de mão-de-obra naqueles estabelecimentos cuja atividade principal está centrada na produção de um dos principais cultivos: café, cana-de-açúcar, algodão, cacau, soja e agave. E em relação aos produtos de consumo interno, as unidades produtivas voltadas para as culturas de milho, arroz ou mandioca revelam-se como as que contribuem para sustentar a demanda de assalariados volantes.

Verifica-se que a distribuição espacial desses produtos pelos estados da federação é bastante diversificada, e que alguns dentre eles são mais expressivos quanto à sazonalidade de trabalho exigido para seu cultivo, como no caso do café e da cana-de-açúcar que, somente no estado de São Paulo, ocupam mais de 52,0% dos trabalhadores volantes; no Paraná, 40,1% dos empregados desta cate

TABELA Nº 13

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES POR SEXO, SEGUNDO A ATIVIDADE PRINCIPAL
DO ESTABELECIMENTO ONDE EXERCERAM A OCUPAÇÃO HABITUAL

Pernambuco

ATIVIDADE PRINCIPAL DOS ESTABELECIMENTOS	TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES				
	TOTAL	T O T A I S			
		HOMENS		MULHERES	
		NÚMERO	%	NÚMERO	%
1) CULTURAS DE:					
Agave	111	94	84,68	17	15,32
Algodão	6.825	5.512	80,76	1.313	19,24
Arroz	335	281	83,88	54	16,12
Banana	2.641	2.225	84,25	416	15,75
Cacau	14	0	0,00	14	100,00
Café	6.289	3.843	61,11	2.446	38,89
Cana-de-açúcar	46.455	39.018	83,99	7.437	16,01
Fumo	74	51	68,92	23	31,08
Mandioca	19.086	15.433	80,86	3.653	19,14
Milho	16.890	14.235	84,28	2.655	15,72
Soja	5	0	0,00	5	100,00
Trigo	11	11	100,00	0	0,00
2) HORTICULTURA E FLORICULTURA	1.883	1.437	76,31	446	23,69
3) SILVICULTURA	11	3	27,27	8	72,73
4) CULTURA NÃO DISCRIMINADA	50.125	38.161	76,13	11.964	23,87
5) PECUÁRIA	3.771	3.376	89,53	395	10,47
6) AVICULTURA	147	147	100,00	0	0,00
7) APICULTURA SERICULTURA	23	18	78,26	5	21,73
8) ATIVIDADE NÃO DEFINIDA	465	420	90,51	44	9,48
T O T A I S	155.160	124.292	80,10	30.868	19,89

FONTES: IBGE-Censo Demográfico, tabulações especiais, 1980.

TABELA Nº 13a

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES POR SEXO, SEGUNDO A ATIVIDADE PRINCIPAL
DO ESTABELECIMENTO ONDE EXERCERAM A OCUPAÇÃO HABITUAL

Bahia

ATIVIDADE PRINCIPAL DOS ESTABELECIMENTOS	TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES				
	TOTAL	T O T A I S			
		HOMENS		MULHERES	
		NÓMERO	%	NÓMERO	%
1) CULTURAS DE:					
Agave	16.046	11.605	72,32	4.441	27,67
Algodão	4.035	2.963	73,43	1.072	26,56
Arroz	2.629	2.292	87,18	337	12,81
Banana	835	710	85,02	125	14,97
Cacau	43.776	36.318	82,96	7.458	17,03
Café	25.135	16.095	64,03	9.040	35,96
Cana-de-açúcar	1.285	1.137	88,48	148	11,51
Fumo	2.469	1.800	72,90	669	27,09
Mandioca	39.777	33.917	85,26	5.860	14,73
Milho	15.744	13.731	87,21	2.013	12,78
Soja	46	40	86,95	6	13,04
Trigo	0	0	0,00	0	0,00
2) HORTICULTURA E FLORICULTURA	6.660	1.250	75,30	410	24,69
3) SILVICULTURA	694	653	94,09	41	5,90
4) CULTURA NÃO DISCRIMINADA	68.057	56.971	83,71	11.086	16,28
5) PECUÁRIA	23.349	21.730	93,06	1.619	6,93
6) AVICULTURA	85	62	73,94	23	27,05
7) APICULTURA SERICULTURA	11	7	63,63	4	36,36
8) ATIVIDADE NÃO DEFINIDA	3.579	3.106	86,78	473	13,21
T O T A I S	249.212	204.387	82,01	44.825	17,98

FONTE: IBGE-Censo Demográfico, tabulações especiais, 1980.

TABELA Nº 13b

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES POR SEXO, SEGUNDO A ATIVIDADE PRINCIPAL
DO ESTABELECIMENTO ONDE EXERCERAM A OCUPAÇÃO HABITUAL

Minas Gerais

ATIVIDADE PRINCIPAL DOS ESTABELECIMENTOS	TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES				
	TOTAL	T O T A I S			
		HOMENS		MULHERES	
		NÚMERO	%	NÚMERO	%
1) CULTURAS DE:					
Agave	4	4	100,00	0	0,00
Algodão	7.393	5.137	69,48	2.256	30,51
Arroz	11.605	11.121	95,82	484	4,17
Banana	337	329	97,62	8	2,37
Cacau	39	39	100,00	0	0,00
Café	39.862	32.018	80,32	7.844	19,67
Cana-de-açúcar	6.790	5.504	81,06	1.286	18,93
Fumo	392	369	94,13	23	5,86
Mandioca	3.378	2.923	86,53	455	13,46
Milho	61.880	57.900	93,56	3.980	6,43
Soja	584	490	83,90	94	16,09
Trigo	22	18	81,80	4	18,18
2) HORTICULTURA E FLORICULTURA	1.158	972	83,93	186	16,06
3) SILVICULTURA	1.293	1.062	82,13	231	17,86
4) CULTURA NÃO DISCRIMINADA	30.649	27.470	89,62	3.179	10,37
5) PECUÁRIA	23.149	22.155	95,70	994	4,29
6) AVICULTURA	58	55	92,82	3	5,17
7) APICULTURA SERICULTURA	22	19	86,36	3	13,63
8) ATIVIDADE NÃO DEFINIDA	5.166	4.761	92,16	405	7,83
T O T A I S	193.781	172.346	88,93	21.435	11,06

FONTE: IBGE-Censo Demográfico, tabulações especiais, 1980.

TABELA Nº 13c

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES POR SEXO, SEGUNDO A ATIVIDADE PRINCIPAL
DO ESTABELECIMENTO ONDE EXERCERAM A OCUPAÇÃO HABITUAL

São Paulo

ATIVIDADE PRINCIPAL DOS ESTABELECIMENTOS	TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES				
	TOTAL	T O T A I S			
		HOMENS		MULHERES	
		NÓMERO	%	NÓMERO	%
1) CULTURAS DE:					
Agave	33	25	75,75	8	24,24
Algodão	10.592	7.557	71,34	3.035	28,65
Arroz	3.630	3.085	84,98	545	15,01
Banana	1.041	998	95,86	43	4,13
Cacau	33	29	87,87	4	12,12
Cafê	58.958	44.775	75,94	14.183	24,05
Cana-de-açúcar	57.630	39.198	68,01	18.432	31,98
Fumo	34	30	88,23	4	11,76
Mandioca	1.475	1.142	77,42	333	22,57
Milho	9.446	7.937	84,02	1.509	15,97
Soja	3.081	2.411	78,25	670	21,74
Trigo	75	63	84,00	12	16,00
2) HORTICULTURA E FLORICULTURA	2.812	1.998	71,05	814	28,94
3) SILVICULTURA	2.139	1.808	84,52	331	15,47
4) CULTURA NÃO DISCRIMINADA	59.969	42.547	70,94	17.422	29,05
5) PECUÁRIA	6.329	5.422	85,66	907	14,33
6) AVICULTURA	289	241	83,39	48	16,60
7) APICULTURA SERICULTURA	147	111	75,51	36	24,48
8) ATIVIDADE NÃO DEFINIDA	3.704	2.719	73,40	985	26,59
T O T A I S	221.417	162.092	73,20	59.325	26,79

FONTE: IBGE-Censo Demográfico, tabulações especiais, 1980.

TABELA Nº 13d

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES POR SEXO, SEGUNDO A ATIVIDADE PRINCIPAL
DO ESTABELECIMENTO ONDE EXERCERAM A OCUPAÇÃO HABITUAL

Paraná

ATIVIDADE PRINCIPAL DOS ESTABELECIMENTOS	TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES				
	TOTAL	T O T A I S			
		HOMENS		MULHERES	
		NÚMERO	%	NÚMERO	%
1) CULTURAS DE:					
Agave	51	37	72,54	14	27,45
Algodão	11.604	8.612	74,21	2.992	25,78
Arroz	1.587	1.369	86,26	218	13,73
Banana	199	184	92,46	15	7,53
Cacau	22	22	100,00	0	0,00
Cafê	57.465	45.971	79,99	11.494	20,00
Cana-de-açúcar	7.219	5.202	72,05	2.017	27,94
Fumo	200	161	80,50	39	19,50
Mandioca	1.254	975	77,75	279	22,24
Milho	24.108	20.979	87,02	3.129	12,97
Soja	16.581	13.755	82,95	2.826	17,04
Trigo	1.578	1.302	82,50	276	17,49
2) HORTICULTURA E FLORICULTURA	551	449	81,48	102	18,51
3) SILVICULTURA	574	463	80,66	111	19,33
4) CULTURA NÃO DISCRIMINADA	15.971	13.024	81,54	2.947	18,45
5) PECUÁRIA	3.094	2.744	88,68	350	11,31
6) AVICULTURA	40	40	100,00	0	0,00
7) APICULTURA SERICULTURA	118	88	74,57	30	25,42
8) ATIVIDADE NÃO DEFINIDA	760	695	91,44	65	8,55
T O T A I S	142.976	116.072	81,18	26.904	18,81

FONTE: IBGE-Censo Demográfico, tabulações especiais, 1980.

goria encontram-se engajados nas atividades da cultura cafeeira, 16,8% na do milho e 11,6% na de soja, enquanto em Minas Gerais o milho e o café absorvem 52,4% daquela mão-de-obra. Em Pernambuco é sobretudo a produção de cana-de-açúcar a maior geradora de emprego sazonal, onde o percentual de trabalhadores volantes perfaz cerca de 30%, seguida pela de mandioca e milho, cuja proporção atinge, respectivamente, 12,3% e 10,8% destes assalariados. Para o estado da Bahia aparecem três produtos como principais absorvedores de mão-de-obra volante: o cacau, a mandioca e o café que, em conjunto, utilizam em torno de 43,0% do contingente.

Observa-se, ainda, que cultivos de outros produtos de valor comercial aparecem no quadro de atividade principal dos estabelecimentos, englobados no item culturas não discriminadas, o que não possibilita sua identificação, e para os quais, no entanto, o número de volantes é expressivo; tanto assim que em Pernambuco a participação total desses trabalhadores na referida atividade atinge 32,3%, na Bahia e São Paulo em torno de 27,0%, em Minas Gerais 15,8% e no Paraná 11,6%. Note-se que a fruticultura, não aparecendo no quadro como atividade específica (exceto o cultivo de banana), poderá estar incluída nesse item, contribuindo, assim, para elevar os valores percentuais de volantes dedicados às culturas não discriminadas. Sabe-se, através de outros estudos, que na prática da fruticultura há preferência por tal categoria de mão-de-obra, especialmente para a fase de colheita como, por exemplo, no caso da laranja, que exige número abundante de trabalhadores realizando tarefas em prazo curto de tempo.

Em relação à atividade da pecuária fica constatada, ao contrário das lavouras, sua pouca importância na utilização do trabalho volante, o que é devido às características próprias que ela assume como pouco absorvedora de mão-de-obra. No entanto, esta evidência tem conotações relativas quando se observa que nos estabelecimentos voltados à pecuária dos estados de Minas Gerais e da Bahia

os percentuais de empregados desta categoria são bem mais expressivos - 11,9% e 9,3%, respectivamente - que os verificados para as demais unidades da federação objeto de análise. Este fato pode ser entendido tendo em vista as formas de crescimento da agricultura ocorrido naqueles espaços onde, em grande parte predomina o incremento de área incorporada aos estabelecimentos. Sabe-se que, de modo geral, a expansão da fronteira agrícola vem se concretizando via implantação da atividade pecuária, para a qual afluem grandes contingentes de trabalhadores quando da formação de pastagens. Tanto a derrubada de matas como o roçado de pastos exigem, por vezes, mão-de-obra abundante, especialmente em estabelecimentos que não utilizam tecnologia moderna. Neste caso, a possibilidade de contratar empregados temporários para a realização de tarefas é sempre mais vantajosa. A pecuária vem desempenhando papel importante na expansão de espaços produtivos na maior parte das microrregiões da Bahia e parte de Minas Gerais - Triângulo Mineiro, noroeste, norte e nordeste - através da incorporação de grandes extensões de terra à área de pastagens plantadas. Como em muitas destas microrregiões as práticas intensivas têm, ainda, caráter incipiente, ou estão mesmo ausentes (como, por exemplo, em algumas microrregiões do oeste e norte da Bahia, norte e nordeste de Minas Gerais), a recorrência ao emprego temporário pode perfeitamente suprir tais lacunas para o desempenho de tarefas ligadas à formação ou manutenção de pastos.

Resumindo os principais pontos que os dados fizeram sobressair acerca da questão relacionada à composição do produto agrícola na área e ao emprego do trabalhador volante, reitera-se, mais uma vez, o papel desempenhado pelo progresso técnico, tal como que vem sendo imposto à agricultura brasileira, no agravamento das contradições implícitas nas relações sociais que se estabelecem no campo. Ao privilegiar produtos de maior valor comercial em detrimento de outros destinados ao consumo interno, assim como os

maiores estabelecimentos, a expansão da modernização agrícola acaba por reduzir as possibilidades de reprodução da pequena produção, contribuindo para aumentar o contingente de população expropriada, disponível para a inserção no mercado de trabalho na condição de diaristas. Além disso, a difusão de práticas agrícolas modernas vai incidir sobre o tempo de trabalho necessário à realização do produto final, reduzindo-o de tal sorte que a demanda de maior número de mão-de-obra passa a se restringir a fases específicas do ciclo produtivo, aumentando, portanto, o tempo de não trabalho. Por isso mesmo ficou evidente que a oferta de emprego sazonal ocorre de preferência nas áreas mais modernizadas, de culturas destinadas ao mercado; embora sejam naquelas onde o progresso técnico já se encontra, desde muito, consolidado como, por exemplo, em grande parte do território paulista e sul de Minas, que a utilização do trabalho volante tem maior importância relativa, outras áreas de modernização mais ou menos recente - Paraná, Triângulo Mineiro - ou muito recente, como no caso da Bahia ou oeste de Minas, nas quais a produção de alto valor comercial é relevante, difunde-se, também, aquela relação de emprego.

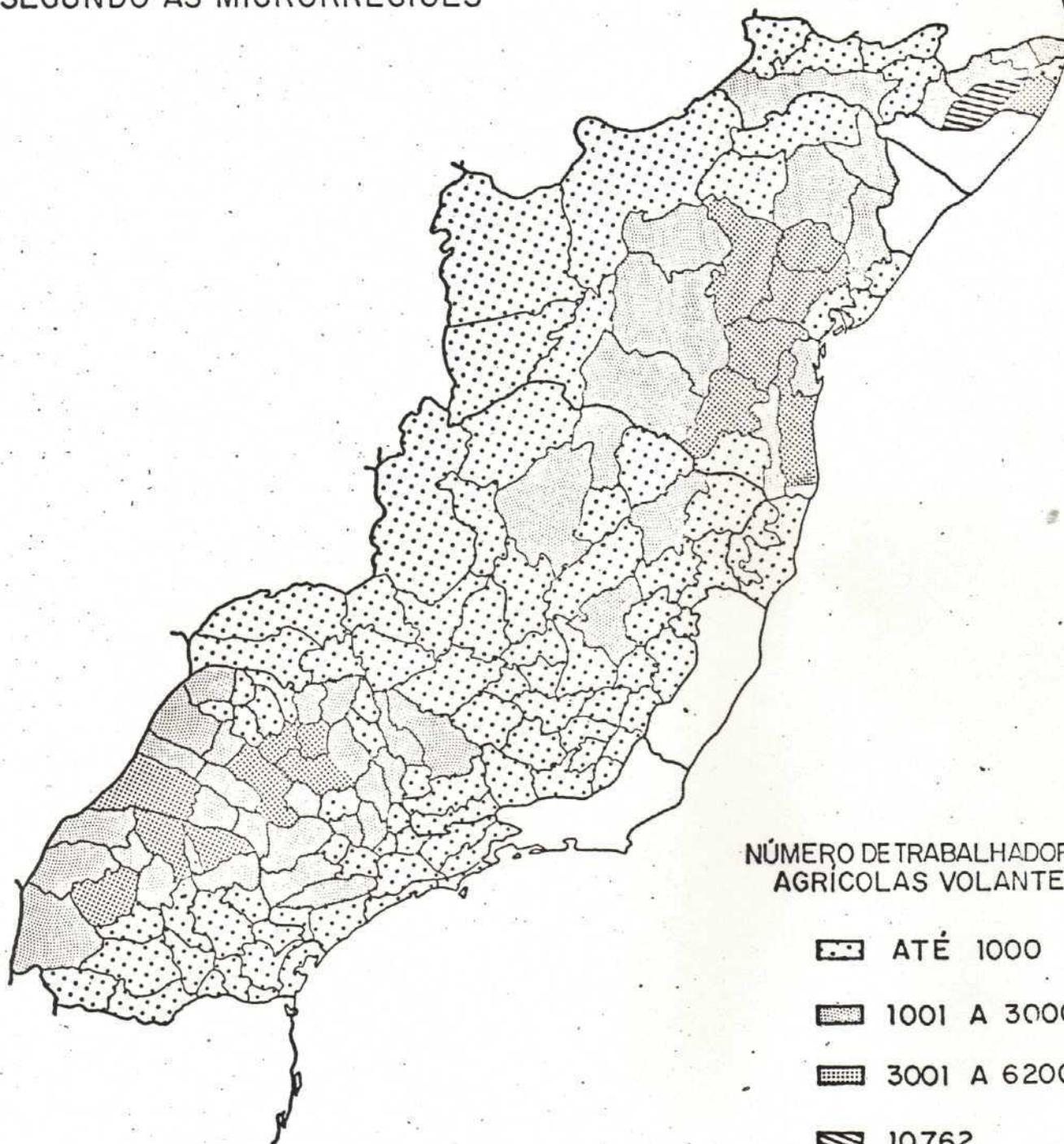
Nesse contexto as condições de inserção da mulher como trabalhadora volante reveste-se de significado, tendo em vista, sobretudo, as diferenças relativas de participação verificadas entre o contingente de mão-de-obra masculino e feminino empregado nesta condição. Embora sua grande maioria seja constituída de homens em todos os estados da federação, constatam-se que os níveis de participação das mulheres na força de trabalho volante variam de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas naqueles espaços (mapa número 1 e 1a). Assim, a importância do trabalho feminino é proporcionalmente mais alta nas áreas de desenvolvimento capitalista mais avançado, como ocorre no estado de São Paulo, onde as mulheres perfazem 26,7% do contingente de volantes; ao contrário, esse percentual decresce nos outros estados, especialmente

em Minas e Bahia, atingindo 11,0% e 17,9% respectivamente, enquanto no Paraná elas constituem 18,8% e em Pernambuco 19,8%. Há, então, claras evidências de que o trabalho feminino na condição de volante está associado aos mesmos fatores que interferem no processo de proletarização dos homens, quer dizer, aqueles que levam à desvinculação do trabalhador agrícola de seus meios de ganhar a vida. Desta maneira, onde houve maior perda relativa da produção familiar e, conseqüentemente, maior incremento do trabalho assalariado do incide, também, apelo mais frequente ao trabalho da mulher na condição de empregada. Quer dizer, da desagregação da unidade familiar de produção, onde cada um de seus membros desempenhava papel específico no processo produtivo, surge a necessidade, como condição de garantia de sobrevivência, da constituição da unidade familiar assalariada. Situação um pouco distinta pode ser observada nos estados que se destacaram pela expansão da fronteira agrícola, que absorvem, em certa medida, contingentes expressivos de trabalhadores por conta própria e, por isso mesmo, a participação do trabalho da mulher na condição de assalariada volante tem menor importância.

No cômputo geral observa-se, também, certas distinções, em termos regionais, quanto à demanda de mão-de-obra feminina para a realização de tarefas do ciclo produtivo de um mesmo produto. Assim, para as culturas do algodão efetivadas em São Paulo, Minas Gerais e no Paraná que, basicamente são desenvolvidas por empresários capitalistas, a proporção de mulheres empregadas, principalmente no período de safra, é bem mais expressiva que a verificada no estado de Pernambuco. Sabe-se que, de modo geral, nos estados nordestinos as relações de produção mais difundidas nas culturas de algodão são aquelas baseadas na parceria e no pequeno arrendamento, ou seja, realizadas pela família, não dependendo, portanto, do concurso de trabalho assalariado.

Mapa 1

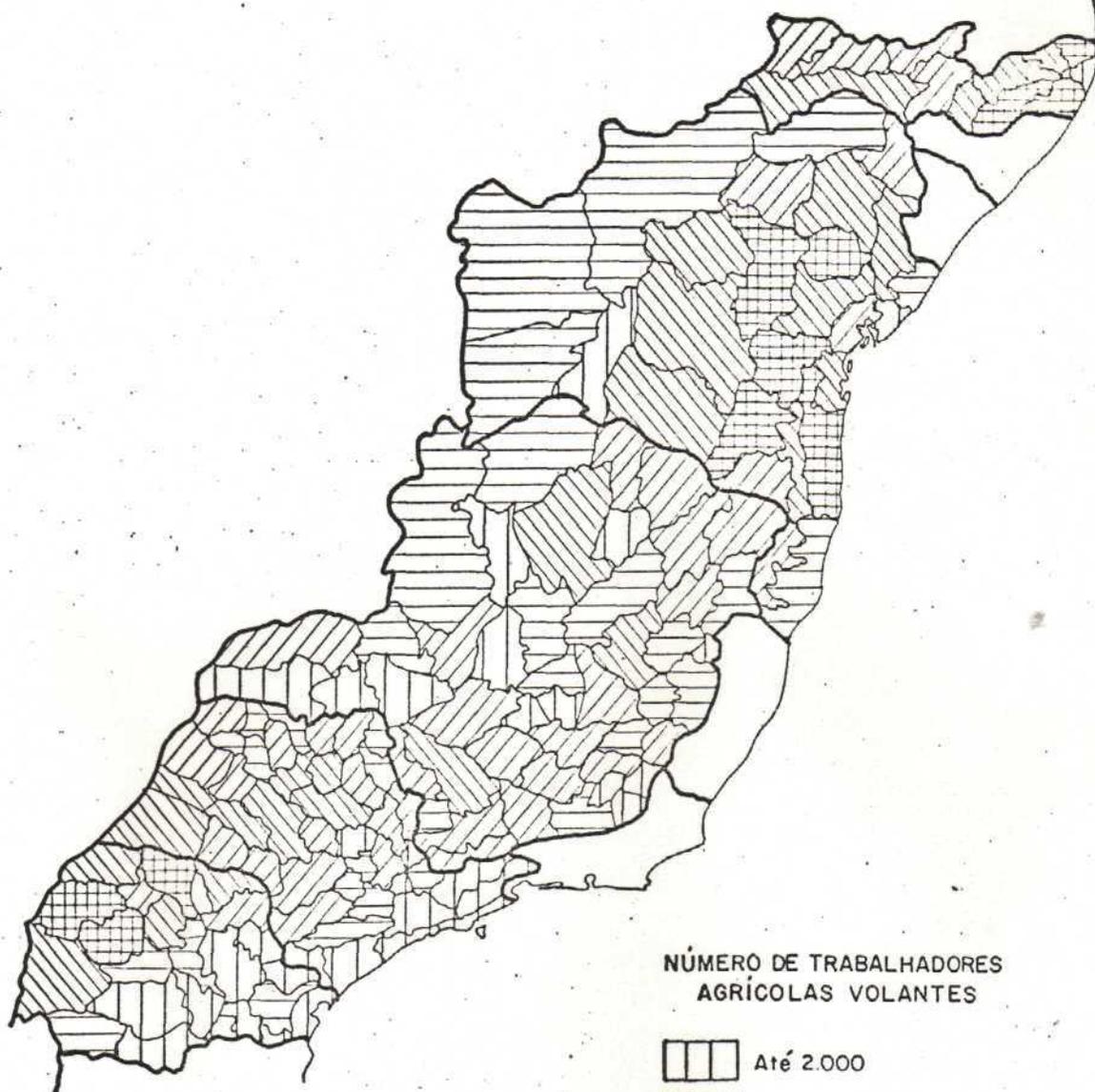
TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES
DE SEXO FEMININO
SEGUNDO AS MICRORREGIÕES



ESCALA 1:13.000.000

Mapa 1a

TOTAL DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES



NÚMERO DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES

-  Até 2.000
-  2.001 a 4.000
-  4.001 a 9.000
-  9.001 a 16.000
-  16.001 a 42.437

ESCALA

0 100 200 300 400 500 km

FONTE - IBGE, Censo Demográfico - Tabulações Especiais - 1980

Observa-se em relação a outros cultivos (como o do café, por exemplo), que nos estados de Pernambuco e da Bahia, cerca de quase 39,0% e 36,0%, respectivamente, da mão-de-obra volante em pregada é composta por mulheres, mas decresce a proporção para as outras unidades da federação (Minas Gerais, São Paulo e Paraná). Ve rifica-se, assim, que na capacidade de oferta de emprego feminino prevalecem, também, as especificidades históricas do processo de desenvolvimento regional da economia agrícola nas diferentes áreas do país.

Desde os últimos anos da década de setenta que a polí tica do café passou a ser, igualmente, direcionada aos estados nordestinos - Bahia, Pernambuco e Ceará - tendo em vista a ocorrência de geadas nas regiões cafeeiras do Sudeste e Sul, que tiveram par celas consideráveis de suas culturas substituídas pelas de soja e trigo. O baixo custo das terras apropriadas ao cultivo do café e a abundância de mão-de-obra barata constituíram-se, ao lado da dis ponibilidade de créditos subsidiados, em fatores de estímulo aos novos empreendimentos no nordeste, sobretudo na Bahia; com a orga nização, pelo IBC (Instituto Brasileiro do Café), do Plano de Ren ovação e Revigoração dos Cafezais promoveu-se o plantio de seis milhões de cafeeiros na região, dos quais mais de dois milhões na Bahia. Cultivado principalmente por empresários paulistas, os ca fezais da Bahia expandiram-se principalmente pelas microrregiões da Chapada da Diamantina Meridional, Planalto de Conquista, Jequié, Pastoril de Itapetinga e Piemonte de Diamantina, trazendo sérios im pactos à agricultura da área, entre os quais a elevação do preço da terra, a eliminação de cultivos tradicionais é a expropriação de pequenos produtores. Além disso, em termos da questão da demanda de mão-de-obra, houve incremento considerável da oferta de emp rego, sendo que, no período de plantio absorve-se, de preferência, o contingente volante masculino e, no de colheita, as mulheres. "A co

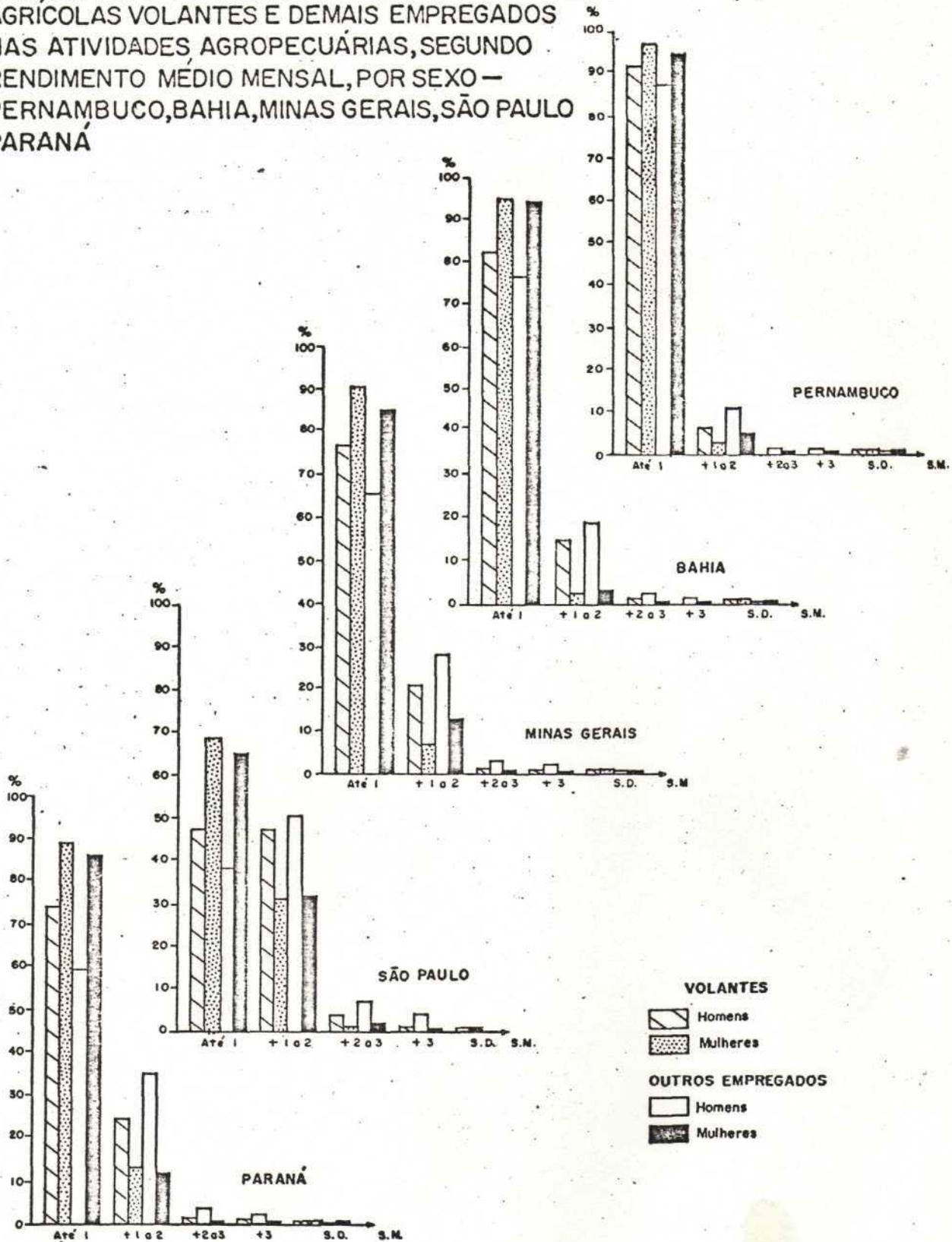
lheita, feita de forma manual, com a catação, em face da ocorrência de chuvas e de um amadurecimento que não se faz de forma uniforme e a um só tempo, emprega uma mão-de-obra muito numerosa, predominantemente feminina, a ponto de se considerar na região, como específico "de mulher", o trabalho da colheita, impróprio ao homem (1). Ao contrário do cultivo do algodão no nordeste, o do café prestou-se ali à implantação de grandes empreendimentos capitalistas, onde prevalecem as relações sociais de produção com base na compra e venda de força de trabalho. A significativa presença da mulher volante nesta atividade pode estar relacionada tanto ao problema de custos visto que, em geral, sua remuneração é mais baixa que a dos homens como, também, à existência de outros empregos alternativos para estes últimos nas demais atividades agrícolas da área ou mesmo obtidos em outras regiões.

A polarização dos picos de demanda de mão-de-obra nos meses de abril, maio e junho para a colheita de importantes produtos da agricultura paulista, do norte do Paraná e sul de Minas Gerais - café, algodão, cana-de-açúcar ou laranja - vai concorrer para ampliar a participação relativa das mulheres na condição de mão-de-obra sazonal. Restando um menor período de trabalho durante o ano para os empregados temporários há, então, necessidade de que o maior número possível de membros da unidade familiar assalariada se integre às atividades remuneradas na época das colheitas a fim de compensar os baixos rendimentos ou o desemprego durante o período de baixa demanda de mão-de-obra. Acrescente-se, ainda, que a urgência de maior número de braços nos picos de safra, aliada à questão dos salários mais baixos geralmente aceitos pelas mulheres, podem concorrer para ampliar sua participação no contingente de empregados volantes. No caso dos estados nordestinos e mesmo

(1) Correia de Andrade; Manuel, Áreas de Domínio da Pecuária Extensiva e Semi-Intensiva na Bahia e Norte de Minas, SUDENE, Recife, Série Estudos Regionais, 198, p.272.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES E DEMAIS EMPREGADOS NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, SEGUNDO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, POR SEXO — PERNAMBUCO, BAHIA, MINAS GERAIS, SÃO PAULO PARANÁ

GRÁFICO Nº 1



FONTE: IBGE .Censo Demográfico e Tabulação Especial - 1980

do norte de Minas Gerais, faz sentido lembrar que o movimento migratório em direção a outras áreas (sobretudo ao sudeste e sul), em períodos atingidos pelas secas, praticado de modo particular pelos homens, leva a uma interpelação maior da mão-de-obra feminina para práticas agrícolas na região de evasão da população.

Tanto quanto as diferenciações verificadas em termos de sua participação no processo produtivo dos estabelecimentos segundo atividade principal, os salários percebidos pelas mulheres enquanto trabalhadoras bóias-frias apresentam distinções em relação aos dos homens nessa mesma condição. Ou seja, pela leitura do gráfico número 1 observa-se que, embora seja maciça a presença de empregados, homens e mulheres, na faixa salarial mais baixa - de até um salário mínimo - a frequência do contingente feminino nessa classe de rendimentos é, ainda, mais expressiva. Essa característica mantém-se tanto em relação aos trabalhadores volantes quanto aos demais empregados nas atividades agrícolas, podendo-se constatar que ela é comum a todas as unidades da federação em estudo.

Se a comparação entre os dois grupos de empregados rurais - volantes e não volantes - permite destacar ligeira diferença entre salários por eles percebidos, com uma participação relativa todavia mais alta dos bóias-frias na classe mais baixade rendimentos, as discrepâncias tornam-se um pouco mais expressivas quando da comparação entre sexos. Quer dizer, os números de trabalhadores volantes homens que recebem até um salário mínimo são, relativamente, mais expressivos que os demais trabalhadores, sobressaindo as diferenças nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná; no entanto, o confronto entre os números de mulheres bóias-frias e de não bóias-frias mostra que as diferenças tendem a ser menores, mas que as primeiras apresentam frequências ainda mais altas de salário baixo em todos os estados.

Nas faixas salariais seguintes, as diferenças entre em

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DO TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE

Microrregiões Homogêneas



PERCENTUAL DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES VOLANTES DO SEXO FEMININO DE ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO

-  < 72,79%
-  ≥ 72,79% e < 79,68%
-  ≥ 79,68% e < 93,46%
-  ≥ 93,46%

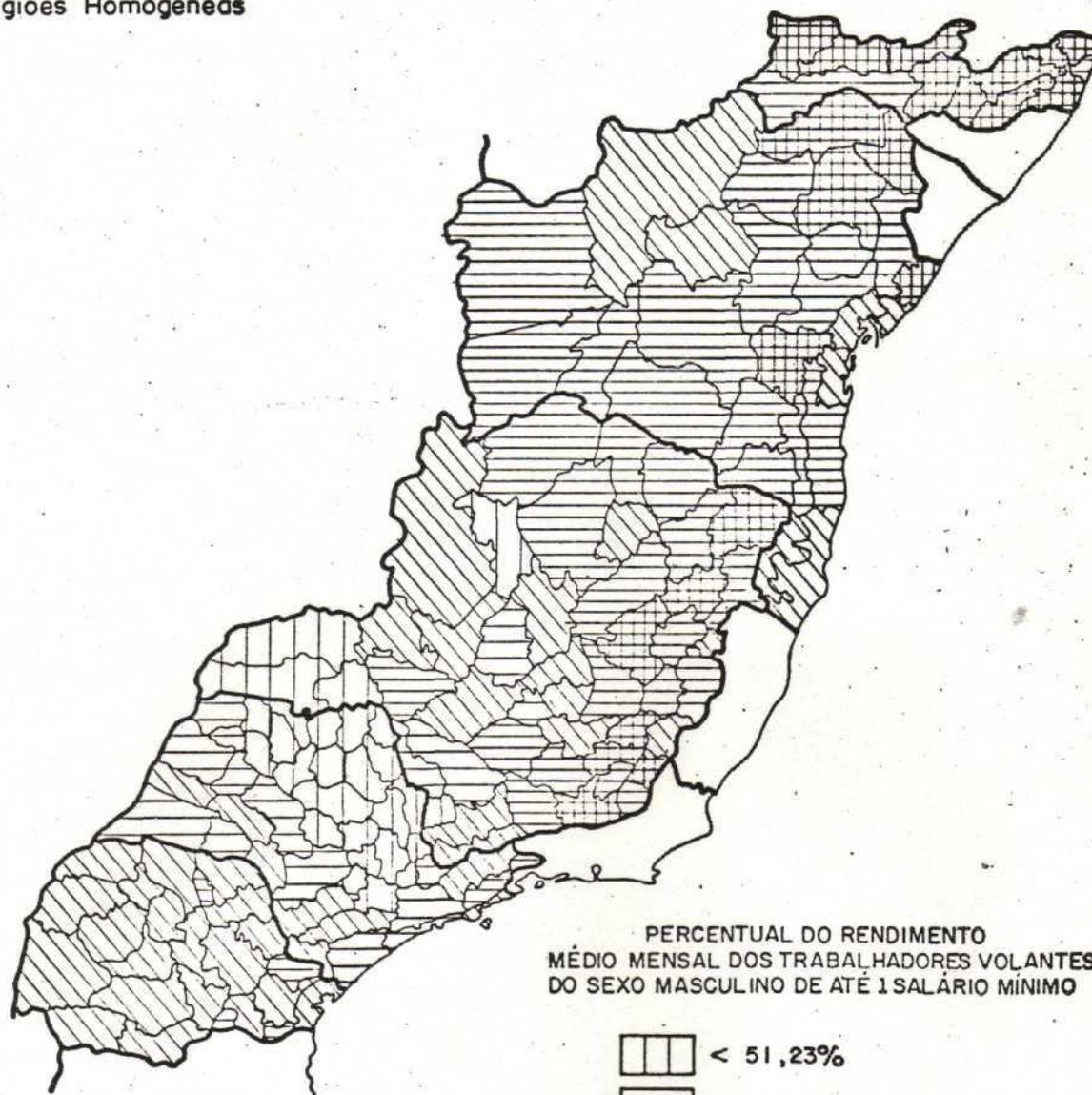
ESCALA
0 100 200 300 400 500 km

FONTE - IBGE, Censo Demográfico - Tabulações Especiais - 1980

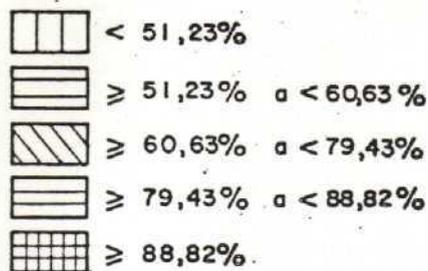
Mapa 3

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DO TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE

Microrregiões Homogêneas



PERCENTUAL DO RENDIMENTO
MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES VOLANTES
DO SEXO MASCULINO DE ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO



ESCALA

0 100 200 300 400 500 km

FONTE - IBGE, Censo Demográfico - Tabulações Especiais - 1980

pregados volantes e não volantes mantêm-se em todas as classes de renda. Via de regra observa-se que, em termos das diferenciações salariais por categoria e sexo, persistem discrepâncias em todos os estados, tanto entre homens bôias-frias e demais empregados agrícolas, com vantagens para os últimos em todas as faixas de rendimentos; além disso, os homens, de modo geral, ganham um pouco mais que as mulheres e, entre estas, as que integram o contingente de volantes recebem salários ainda mais baixos. Tais distinções concretizam-se, também, em termos espaciais, dadas as melhores situações que começam a se registrar a partir de Minas Gerais e Paraná, sendo que em São Paulo se encontram os melhores níveis salariais tanto para volantes como para os demais empregados, inclusive no que diz respeito às mulheres (embora aqui também persistam diferenças entre categorias e sexos).

A nível de microrregiões homogêneas (mapas números 2 e 3) verificam-se diferenciações entre rendimentos percebidos pelos bôias-frias, homens e mulheres, em todas as unidades da federação objeto de análise. Evidencia-se uma nítida tendência a partir do estado da Bahia, com acentuação gradativa das diferenças, sempre com desvantagem para as mulheres. Em termos numéricos constata-se que, na distribuição espacial da população volante com baixos rendimentos, os percentuais de mulheres são muito altos, variando entre 79,6% até menos de 93,4%, e igual ou superior a 93,4%; ..note-se que na maioria das microrregiões homogêneas persistem os percentuais muito altos (> 93,4%). Em relação aos homens, a distribuição não se identifica à verificada para as mulheres: são mais reduzidos os números de microrregiões onde se concentram os trabalhadores com os mais baixos rendimentos; além disso, observam-se distinções nos estados nordestinos e em Minas Gerais, e não tendo quase diferenciações no oeste deste estado, em São Paulo e no Paraná. No entanto, como no caso das mulheres bôias-frias, é nas

· áreas do leste de Minas Gerais e nos estados do nordeste que se concentram os números mais significativos de microrregiões homogêneas com percentuais de homens com os salários mais baixos.

Em conclusão, os dados censitários indicam evidências significativas quanto aos aspectos da participação feminina nas atividades agrícolas, tendo em vista, sobretudo, o momento em que a mulher ingressa no setor primário como bóia-fria. Vendo-se obrigada a concorrer, não somente com o crescente pacote tecnológico introduzido como elemento modernizador no processo de produção, ela terá, ainda, que enfrentar o mercado de mão-de-obra masculina, nela competindo, não raro, em condições de inferioridade.

A pressão exercida pelo contingente feminino, ao engrossar as fileiras da população volante, pode, então, contribuir para o rebaixamento dos salários. Além disso, se sua participação nas atividades produtivas continua sendo subsidiária à do homem - pois, geralmente, trabalha para ajudar no orçamento da família - a mulher se dispõe, com frequência, a engajar-se como mão-de-obra, a preços ainda mais baixos que o homem; nesses termos o trabalho feminino oferece amplas vantagens ao capital.